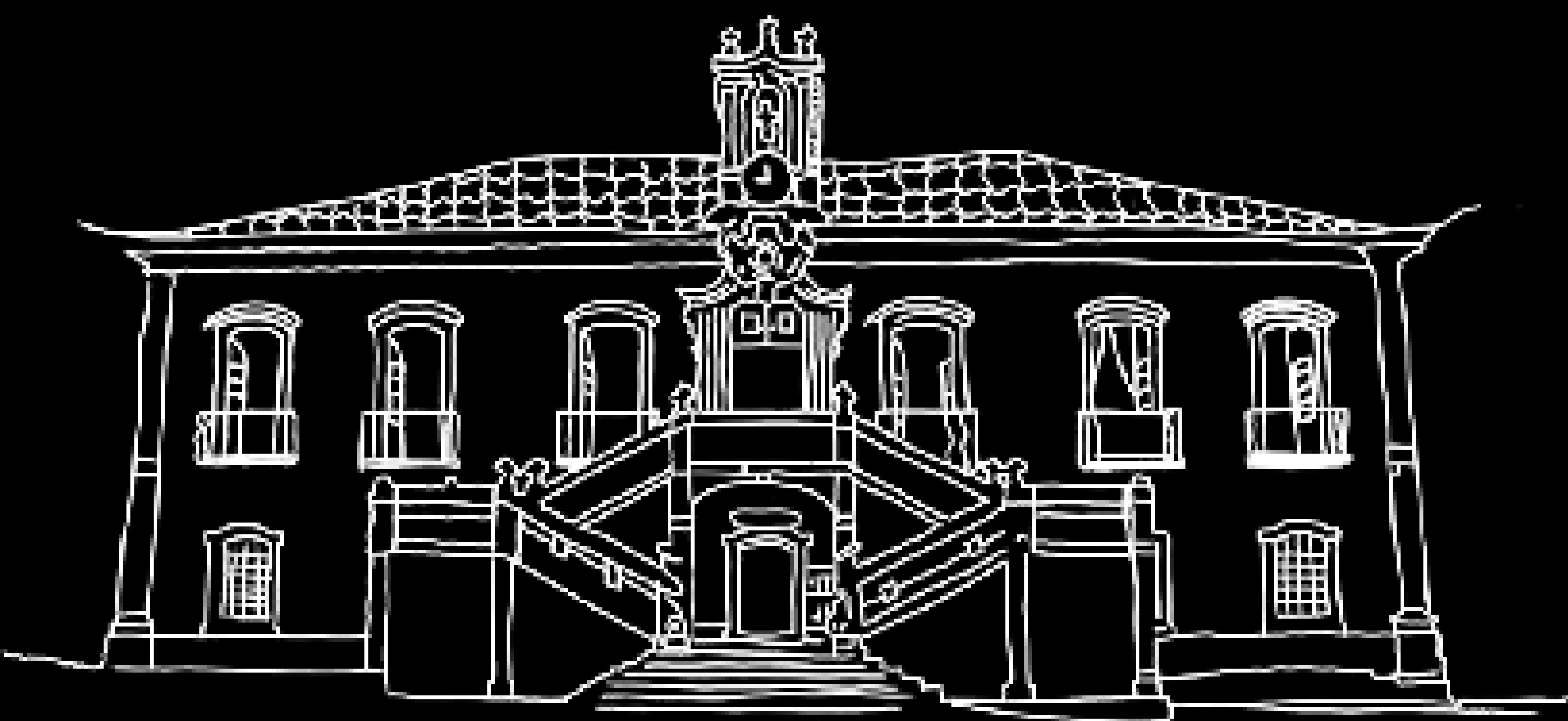


Eduarda Garcia MENDES

Maria FERNANDA M. T. ALVES

(IN)ELEITOS PELO POVO



MARIANA - MG

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A474i Alves, Maria Fernanda Machado Torres.
(In)eleitos pelo povo. [manuscrito] / Maria Fernanda Machado Torres
Alves. Eduarda Mendes. - 2022.
91 f.: il.: , tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Bravin.
Produção Científica (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro
Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Crônicas brasileiras. 2. Eleições municipais - Mariana (MG). 3.
Políticas - Mariana (MG). I. Mendes, Eduarda. II. Bravin, Adriana. III.
Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 324(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407

(IN)ELEITOS PELO POVO

Eduarda Garcia Mendes
Maria Fernanda M. T. Alves

Dedicamos esse livro à nossa orientadora, Adriana Bravin, por aceitar e guiar nossa confusão para que se tornasse algo de que podemos nos orgulhar. Agradecemos pela paciência infindável e pelos (devidos) puxões de orelha. Esperamos que se orgulhe também.

Ainda, a todos vocês, eleitos pelo povo, que, por quase dois anos, nos horrorizaram como ninguém jamais conseguiu fazer.

Apresentação

Fui moradora de Mariana por 7 anos. Cheguei ingenuamente aos 17 para cursar jornalismo na aclamada Ufop (Universidade Federal de Ouro Preto). Até então, meu sonho era conhecer o barroco assim de pertinho, pois queria ver aquilo que ouvi nas encantadoras aulas de literatura na escola. Sempre imaginei que minha feição diante deste cenário faria meus olhos dilatarem as pupilas e arregalar as pálpebras. De fato, aconteceu.

Mariana é o berço não só para capitais, mas também para personalidades que por ali nascem, passam, ou - como no meu caso - profissionais. Foi lá que nasci jornalista, e essa mesma feição, diante de algo grande, permaneceu ao longo da minha permanência na cidade. Os motivos? Vários.

Embora se trate de uma cidade pequena do in-

terior, eu jamais havia participado ou assistido a tantas atrações diferentes. Para uma cidade que pouco tinha de diferencial, parecia que ali não podia existir o tédio. Dizem que é do ócio que vem as melhores ideias para nos agitarmos, e minha vida marianense viu bastante agito por lá: eventos de ciclismo; encontros de motociclistas ou de palhaços; show de diversos tipos, da música popular ao gospel; pista de patinação no gelo para o Natal; o Jardim, praça da cidade, sempre cheia; comícios; enfim, a primaz raramente era parada nos finais de semana.

Não que eu tenha vindo de uma cidade grande - no caso a mãe do Sítio do Pica-Pau Amarelo -, embora a densidade populacional seja 500% maior, mas esse agito marianense me chamou atenção. E fica aqui também a coincidência de que ambas as cidades possuem um ponto em comum: grandes controvérsias e envolvimento com mentiras, tanto que tenho até dificuldade de avaliar qual a mais esquisita. Não, mentira. Mariana acaba vencendo sim.

Taubaté virou vergonha nacional; já Mariana,

se popularizou por uma enorme tragédia. Mas o cenário esquisito da primaz não acaba aí, porque ser a primeira capital de Minas Gerais implica em ter muita história - e dá pra dizer que o histórico traz bastante vergonha também.

Todo esse agito que mencionei faz parte de políticas públicas de lazer e, querendo ou não, emanar a palavra “política” já é automática a associação com a palavra “trambique”. Por conta do jornalismo, acabei tendo contato com muitos colegas que trabalhavam em veículos populares na cidade e, com isso, acabei ouvindo algumas vezes a expressão “cassado”, contos e nomes políticos da cidade.

Às vezes eu me perguntava como era possível termos tanto entretenimento na cidade, mas sempre ver uma obra inacabada na esquina perto do supermercado Cooperouro (hoje o BH). Fiquei ainda mais surpresa ao saber que aquela obra é uma promessa vazia de uma nova UPA na cidade. Lembrando que fiquei 7 anos em Mariana e sequer vi uma mudança lá, exceto um outdoor de todo tamanho contando

que aquilo viria a ser a UPA - um dia, quem sabe.

Essa “pulga atrás da orelha” é algo que ficará esclarecido ao longo da leitura deste ebook que não ouse duvidar da qualidade da apuração. Afinal, preciso confiar no valor de boas políticas públicas, de investimentos inteligentes e bem feitos, e que a Ufop forma jornalistas de qualidade. (In)eleitos não é um nome à toa.

Se prepare para conhecer as peripécias da política marianense.

- Taysa Boccard

Sumário

Linha do tempo prefeitos de Mariana	pg. 10
Introdução	pg. 11
O fantasma de João Ramos	pg. 15
A dança das cadeiras	pg. 22
Gente boa, gente nossa?	pg. 30
Duarte, Duartinho e Duartão: sobre heranças, oligarquias e nepotismo	pg. 35
2020: a eleição que ainda não terminou	pg. 45
Primeiro Causo	pg. 54
Segundo Causo ..	pg. 61
Posfácio	pg. 71
Poderes Políticos	pg. 79
Agradecimentos	pg. 90

Linha do Tempo

João Ramos
1973 - 1976

Jadir Macedo
1977 - 1989

João Ramos
1991 - 1994

Cáelo Brigolini
1989 - 1992

João Ramos
1995 - 1998

Hugo Marton
Set. 1999 a dez. 2000

Cáelo Brigolini
1998 - 2000

Celso Cota
2001 - 2004
2005 - 2008

Roque Camelo
2008 - 2010

Terezinha Ramos
março a maio de 2010

Terezinha Ramos
setembro 2011 - fevereiro 2012

Geraldo Sales de Souza
janeiro - agosto 2011

Raimundo Elias Horta
maio - dezembro de 2010

Roberto Rodrigues
fevereiro - dezembro 2012

Celso Cota
2013 - maio 2015

Duarte Júnior
junho 2015 - 2016
2017 - 2020

Juliano Vasconcelos
2021 - atualmente

Introdução

A política é feita por pessoas. Por isso, é falha. A natureza não se corrompe, nós a corrompemos. Vivemos em um mundo de príncipes, aqueles que conquistaram, de alguma forma, autoridade sobre todos nós. Mas quem são eles, de verdade? Eles começam a partir de lugares diferentes, inusitados. Pode nascer um político de onde menos se espera. E, se ele nasce uma criatura política, é assim que ele vive. Um professor uma vez, em nossa sala de aula, perguntou à classe “quem aqui gosta de política?”. Pouquíssimos levantaram a mão. Ele concluiu: “aqueles que não gostam estão determinados a serem governados pelos que gostam”.

Isso aconteceu há muitos anos. Ao longo destes anos como seres adultos e políticos, descobrimos mais coisas sobre a política: descobrimos que a maio-

ria governa para seu próprio grupo. Descobrimos que algumas vozes jamais serão ouvidas, mesmo que tentem. Descobrimos que a decisão de alguns impactam os muitos, mas a decisão dos muitos pouquíssimas vezes impactam os poucos.

Mariana não é diferente. Mariana, que é a Primaz de Minas, a princesa no bosque a dormir nos mares de morros de Minas Gerais. Mariana, bela, grande, repleta de riquezas, cachoeiras, animais, árvores. Rica em história, rica em cultura, rica em minério. Nenhum destes a salvou.

Quando o maior desastre ambiental da história do Brasil eclodiu em 2015, com o rompimento da barragem de Fundão, muitos pensavam que Mariana tinha sido engolida pela lama. Mas Mariana não é apenas sua sede. Mariana é feita por seus distritos, por suas pessoas, por aqueles que a transformam diariamente e, bloco após bloco, passo após passo, deixam sua marca em todo o município. Mariana é, também, seus políticos.

Sua história política nasce muito cedo, antes

da criação de seu Jardim, de seu centro histórico, seus hospitais, suas residências. Mariana nasce como o berço de Minas Gerais, a Primaz do estado. Mas, como esta história precisaria de alguns muitos livros para ser contada, nos restringimos a alguns dos acontecimentos mais insólitos de que já ouvimos falar.

O livro não poderia se iniciar de outra forma: começamos com a figura política mais emblemática do município, João Ramos. Terminamos com as eleições que nunca acabaram, de 2020. Cada fato neste livro foi descoberto por meio daquilo que consideramos o mais importante das relações humanas, aquilo que nos separa de animais irracionais (apesar de alguns de nós ainda sermos). Aquilo que, com o uso da palavra ou não; com vozes, ou não; aquilo que se instaura de maneira que conquista e transforma mundos; constrói e destrói; estabelece, e depois tira: o diálogo.

O diálogo, para nós, é a chave. E a portinha histórica, de madeira maciça, pesada e robusta que

é Mariana, foi aberta assim. Com as vozes daqueles

que moram em Mariana há anos, e também aqueles que chegaram depois, mas a consideram ser seu lar. Aqueles que fizeram parte da história, e aqueles que, assim como nós, a observaram de longe.

Somos observadoras. Somos diálogo. Somos parte da história de Mariana.

E queremos contá-la.



O fantasma de João Ramos

Quem é o cavaleiro que vem lá de Aruanda?
É Oxóssi em seu cavalo, com seu chapéu de banda

Quem é esse cacique glorioso e guerreiro?
Vem montado em seu cavalo, descer no meu terreiro

- Ronnie Von

Em uma manhã fatídica em maio de 2008, em um cenário violento, brutal e divisor de águas, João Ramos deixou de ser o coronel mais famoso de Mariana para se tornar o mito, a lenda, o fantasma do líder assassinado às vésperas de sua eleição.

A tragédia não deixou apenas seus apoiadores consternados. O trauma foi completo e tornou os dias que se seguiram incertos, tristes, e ainda mais caóticos. Política é paixão, e em Mariana, a morte de seu grande líder foi um dissabor que deixou apenas amargura na boca de todos.

No entanto, João Ramos deixou apenas a vida. Desencarnou, mas sua presença, sua importância e suas lendas permanecem aqui. Como um fantasma, ele rodeia o imaginário e o cenário político. Seu nome jamais será esquecido e a política ramista segue mais viva do que nunca.

João Ramos construiu a cidade e levantou obras homéricas. Obras pequenas, sem visibilidade, não faziam seu coração bater mais forte; Ramos gostava mesmo era de construir rodoviárias, avenidas, giná-

sios e até a própria Prefeitura em si. Se vivesse em outros tempos e em cidades maiores, teria sido um construtor de arranha céus. Reza a lenda que no final da construção do atual prédio da Prefeitura, localizada na Praça Juscelino Kubitschek, ele teria rodeado o terreno com terra de cemitério para amaldiçoar aqueles que ocupassem o Executivo depois dele.

Não é surpresa, então, que muitos digam que seu espírito ainda segue por ali e que seria ele, sentado na cadeira do prefeito, que não deixava ninguém mais sentar ali em paz. O único prefeito - Duarte Júnior - que conseguiu concluir um mandato após a morte de João Ramos (depois da tentativa de muitos) passou por tantos perrengues que sofreu até um piripaque e quase passou a assombrar a prefeitura junto a Ramos. Outras más línguas dizem que João Ramos, ou seu espírito neste caso, teria ficado enfurecido com a homenagem póstuma que fizeram a ele, colocando seu nome na Avenida João Ramos, no Barro Preto. O motivo? João, que era vaidoso e gostava de grandes obras, jamais iria querer seu nome em uma avenidazinha de

segunda.

Apenas para te contextualizar, caro leitor, gostaríamos de compartilhar um pouco sobre quem foi este grande coronel que liderou a cidade por muito mais tempo do que seus mandatos perduraram. Ainda com 17 anos, foi nomeado delegado em Mariana sem nenhuma formação ou experiência técnica. Ali, nasceu o mito.

Podemos dizer que foi um homem “rústico”, ou “barroco”. Mas, a verdade é que era sim, um coronel, daqueles vistos em novelas antigas, portando sua arma que sempre carregava e o talão de cheques no bolso pronto para ser assinado para benefício de seus cidadãos. Para além da sua casca grossa, era um homem querido pelo povo, que prometia e cumpria.

É idolatrado, e, quando perguntamos àqueles que o conheciam, se suas qualidades compensavam seus defeitos, a resposta sempre foi sim. Como era idoso, já na casa dos 60 e tantos anos, em época de eleição, pegou alguns atestados médicos falsos e transformou seu semiaberto em liberdade. De vez em

quando passava a noite na cadeia, para agradar a lei. Ou seja, um homem controverso. Mas, se dizem que suas qualidades superaram tudo isso, então o homem deve realmente ter sido um bom prefeito.

Mesmo com seu jeito bruto, suas polêmicas e mandados de prisão, não há como negar que havia nascido para a política. Seu viés assistencialista ainda deixa saudades na população marianense, e sua forma de fazer política, centralizada em sua figura, em suas normas e suas leis, tomando para si todo o poder existente, nunca mais foi realizada. Após o fim da ditadura, Ramos passou por algumas dificuldades de adaptação à nova realidade - e à Constituição. Ele já não podia mais dar carteiradas com seu talão de cheques ou sua arma, as normas então eram outras. Nos anos noventa, o maior “coronel” a pisar em terras marianenses realizou seu último mandato.

Histórias não faltam para contar de João Ramos. O fato é que sua presença nunca deixou de ser sentida. As luzes da Câmara de Mariana piscam constantemente, e seu nome é aclamado em temor. Pouco

tempo depois, uma mulher morreu queimada, pois as luzes piscantes, na verdade, eram um curto circuito. Mas ainda há quem diga que era o espírito de Ramos rodeando o espaço político.

Após sua morte, com dois tiros no peito, disparados por dois homens em uma moto no posto de gasolina de sua família, o caos foi instaurado na cidade. O condenado como mandante do assassinato foi Chico da Farmácia, um dos candidatos às eleições do ano. João Ramos morreu instantes após. A campanha eleitoral de 2008 havia, afinal, sido tingida de sangue. Mas isso fica para a próxima crônica.



A dança das cadeiras

Uma coisa é chegar ao poder, outra é manter-se nele
- Maquiavel

João Ramos é eliminado antes do início da partida. Roque Camelo perde a bola para Terezinha Ramos que tenta um drible e desvia por acidente para Raimundo Horta. Raimundo corta para Bambu, que joga bem, mas tem que dar o toque de volta para Terezinha. Terezinha é driblada e perde a bola novamente, agora para seu vice, Roberto Rodrigues, que por sua vez, não marca nenhum gol, mas no final do segundo tempo está com a bola.



A crise política em Mariana não surge necessariamente após a morte de João Ramos. A primaz de Minas sempre possuiu um quê novelesco, mas um episódio chama a atenção. Durante um período de 5 anos, ou seja, pouco mais que o decorrer de um mandato, ocorreram sete trocas de prefeitos no cargo municipal. Essa época foi marcada por uma das mais caóticas crises políticas do município.

Após o assassinato do saudoso João Ramos, o

caos se instalou na pequena e primorosa cidade de Mariana. Sua vitória já era dada, mas, com sua ausência, criou-se um mundo de possibilidades. A mesa estava posta, e qualquer um poderia servir-se do banquete. Bom, todos menos o mandante do seu assassino, Chico da Farmácia, que preso ou solto, com ou sem João Ramos, jamais ganharia - o que levanta uma dúvida: por que ele mandou matar? Como ele se beneficiou com isso? Realmente foi ele? A dúvida permanece para nós e para muitos, mesmo com o caso encerrado pela justiça. Alguns afirmam, no entanto, que uma certa figura política muito famosa na cidade (a quem as autoras não vão nomear, porque se o dito cujo tiver mandado matar um prefeito, o que será de nós, pobres jornalistas) teria imediatamente fugido para bem longe após a notícia do assassinato de Ramos, pois apenas alguns dias antes teria tido uma briga calorosa com o ex-prefeito, e chegou, inclusive, a dizer que, para seu desafeto, a morte seria pouco. Junta-se isso ao fato de que seria o mais beneficiado com a morte de Ramos, e aí está. Mas, voltamos a dizer: tudo não

passa de especulação.

O fato é que, sem João Ramos, a cadeira estava novamente disponível. Os candidatos eram: Roque Camello, figura política veterana e apoiado fortemente por Celso Cota; Terezinha Ramos, a viúva de João; e Duarte Júnior, apoiado por Cássio Brigolini (ex-prefeito, também cassado nos anos 90). Uma eleição em que os candidatos não eram verdadeiramente protagonistas, e sim marionetes de figuras políticas quase folclóricas da cidade.

Foi uma das eleições mais complexas para a oposição aos Ramos. Impedidos de bater em um morto ou uma viúva, não havia muito o que fazer para garantir a vitória. Já Terezinha podia vestir o manto da viúva, o que fez com maestria: de pequenas estratégias sutis a um helicóptero que derramava pétalas de rosa sobre a população durante seus comícios.

Mas, mesmo com toda a viuvez, Roque ainda levou a melhor, mas não por muito tempo, porque o fantasma de João Ramos já estava em ação. Roque Camello e Celso Cota haviam sido gravados em uma

reunião com professores não concursados prometendo que, no caso de vitória, esses seriam mantidos nos cargos que já ocupavam. Esse episódio foi interpretado como compra de votos e, assim, foi dado início ao processo de cassação da chapa de Camello.

A peculiaridade de sua cassação foi a seguinte: embora tenha sido inocentado meses depois, porque o ato não se configurava realmente como promessa de cargos por compra de votos, Roque perdeu o prazo de sua defesa. Em um final de semana, o prazo de recurso ao tribunal foi perdido, e quando finalmente apresentaram a interposição do recurso, já era tarde demais. Provavelmente, foi culpa de um estagiário. E, por isso, Roque deixou de ser prefeito um ano e dois meses após assumir o cargo, e Mariana imergiu no caos.

A viúva, afinal, assumiu. Segunda colocada, Terezinha ocupou a cadeira em 08 de março de 2009, dia da mulher! Infelizmente, o único mandato feminino da prefeitura de Mariana não representou um grande avanço para as mulheres. Seu mandato não foi muito longe. Terezinha, cujo slogan de campanha a clama-

va como a honesta, segurou as rédeas de Mariana por apenas 71 dias até que sua chapa foi cassada por acusações de gastos ilícitos durante sua campanha.

O então presidente da Câmara Municipal, Raimundo Elias Horta (PDMB), assumiu o cargo até o final de 2010, quando teve que abdicar em prol do novo presidente de Câmara, Bambu (Geraldo Sales - PDT). Bambu foi prefeito de janeiro até agosto do mesmo ano, e, embora tenha tido pouco tempo no Poder Executivo, foi bastante elogiado pelas figuras políticas e população marianense. Um fato, decerto, difícil. Mas, para um vereador que cumpriu cinco mandatos seguidos, não foi uma surpresa.

Porém, como nesta vida tudo que vai volta, Terezinha retornou. Ela reverteu a decisão inicial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) e sentou-se na cadeira por mais um tempinho. O suficiente para bagunçar mais um pouquinho um cenário já não muito organizado e trazer novas emoções a uma cidade onde elas não faltam.

Seu retorno, em setembro, só foi possível devi-

do ao fato de ter utilizado R\$98 mil dos cofres públicos para pagar seus advogados de defesa. Além disso, arrumou uma bela confusão com seu vice (que, inclusive, bancou toda sua campanha), quando o expulsou do seu gabinete e não permitiu que exercesse sua função após algumas desavenças.

Em um combo de ações que nos fazem pensar que subestimamos a capacidade humana, Terezinha ainda cometeu o deslize de ser gravada admitindo o rombo aos cofres públicos. Não podia dar em outra: impeachment. Terezinha nem mesmo se deu ao trabalho de criar uma defesa. Ela não apareceu ao seu processo na Câmara, sua defesa (que obviamente perdeu, resultando em sua cassação) foi feita por uma pessoa qualquer que estava por lá e, com uma boa vontade vinda dos céus, se ofereceu a dizer algo em benefício da prefeita com uma noite de preparou. Quem sabe, foi o fantasma de João Ramos intercedendo por sua amada?

Roberto Rodrigues, o vice vingativo, assumiu em 15 de fevereiro. Uma gestão levemente estranha,

marcada pela presença de muitas pessoas de fora da cidade e poucos interesses alinhados com o povo. Más línguas dizem que uma das pessoas que compunham sua equipe chegou a criticar a cidade e dizer que, duas igrejas, uma de frente para a outra, era uma coisa muito burra. Imperdoável para qualquer marianense. Assim, Roberto cumpriu o final do mandato de 2008-2012, sem maiores emoções e sem conseguir a reeleição. O candidato que venceu foi Celso Cota, figura forte e antiga. Mas, para não fugir do costume, também foi cassado. Daí pra frente é só pra trás.



GENTE boa,
GENTE NOSSA?

Aos amigos os favores, aos inimigos a lei.
- Maquiavel

Você, leitor, pode ter reparado que usamos algumas citações de Maquiavel ao longo deste livro. Quando falamos de Celso Cota, tem uma segunda citação que vem à mente: o amigo de hoje, é seu inimigo de amanhã. Neste caso, Celso já foi amigo e inimigo, e já sofreu também com as amizades e inimizades que criou na vida. Afinal, a política é a arte de criar inimigos, não é mesmo?

Quando se elegeu pela primeira vez, em 2000, não era o seu rosto que aparecia nas urnas. Era o de João Ramos, que foi cassado logo no final da campanha, e não havia mais tempo para a mudança da foto. Celso, que era seu vice, tomou o posto de última hora, e seu mentor, João Ramos, se manteve nos bastidores dessa vez. No entanto, filho de cobra, cobrinha é (com todo o respeito aos mortos).

Celso rapidamente tomou gosto pela coisa, e não quis mais sair da cadeira. Aí começou uma verdadeira guerra entre os figurões. De um lado, a velha política, coronelista, robusta, representada pelo modelo Ramista de assistencialismo. Do outro, Celso, um

candidato menos truculento e mais articulado com os outros poderes e aliados.

Na eleição seguinte, Celso já era cobra criada, e revolucionou o mundinho político de Mariana ao desbancar diretamente João Ramos. Fontes que desejam permanecer ocultas nos bastidores nos contaram que a campanha contra o ex-prefeito foi ferrenha: foram feitas pesquisas de votos, de gostos e desejos do povo, e cada defeito que era ressaltado em Ramos era cutucado em palanques e debates. Celso se elegeu, em um cenário apertado e improvável.

Seu mandato extremamente populista foi considerado excelente pela população, que o viu como um novo pai dos pobres no município. Investiu em infraestrutura, salários de professores, e esbanjou dinheiro público em diferentes setores do município. Assim como seu predecessor, Cota era dado às obras grandiosas, e deixou sua marca por onde passou, incluindo a UPA São Pedro, o Elefante Branco da cidade. Uma obra de milhões no papel, e de centavos na vida real, até hoje não foi terminada, por acusações

de desvios de verba e superfaturamento.

Celso saiu do seu mandato com uma aprovação política equivalente à sua quantidade de processos judiciais: altíssima! O único que chegou às vias de fato foi a condenação por improbidade administrativa, sob acusação de promoção pessoal com uso de verbas públicas. Sua foto saiu em diversos jornais da cidade, promovendo sua imagem pessoal em feitos da prefeitura. A vaidade é, afinal, o pior dos pecados originais.

O prefeito teve que, então, devolver R\$80 mil para o município (trocados para ele, que passa férias em Dubai com o dinheiro de sabe-se lá onde, já que entrou na carreira política sem muito patrimônios), e, ainda, pagou uma multa referente a R\$160 mil e teve seus direitos políticos suspensos.

O curioso, no entanto, é que mesmo após isso tudo, ele se elegeu em 2012. Obteve uma liminar, que permitiu que ascendesse ao cargo público, junto ao seu vice Duarte Júnior (lembra dele? Já vamos falar mais). Contudo, o TRE analisou seu caso logo no pri-

meiro semestre, e Celso foi cassado. Assim, assumiu seu vice.

Boatos que Celso teria ficado amargurado com a sucessão de Duarte, que não o apoiou em seus trans-tornos jurídicos.

Ainda assim, ele teve alguns ganhos políticos: seu filho, Thiago Cota, foi eleito como deputado estadual. E Celso, que foi cassado, foi visto como uma vítima da malvada lei eleitoral, não como um homem com mais de cem processos nas costas. Por isso, quando ele tentou a reeleição em 2020, afirmando estar legalmente apto a assumir o cargo (mentira, mas chegamos lá ainda), seu apoio foi gigantesco. Mesmo com documentos rodando por toda a cidade, provando que sua candidatura era impugnada, ele levou a maioria dos votos. A confiança era tanta, que empresas que contavam com a eleição de Celso quebraram, depois de investirem dinheiro e tempo nas eleições em troca de cargos de confiança e favores. Mas a segunda parte da novela, fica para a última crônica.

DUARTE, DUARTINHO
DUARTÃO:
SOBRE HERANÇAS,
OLIGARQUIAS E
NEPOTISMO.

É um vício comum a todos os homens o não se importar com a
tempestade no perdurar da bonança.
- Maquiavel

A política é uma forma de herança na Primaz de Minas. As oligarquias estão por aqui assim como estavam no Brasil colônia, e vão continuar existindo por muito tempo. Não é incomum ver uma boa parte de uma família sentada à mesa da Câmara Municipal ou até mesmo, um irmão aquecendo a cadeira para o outro no Executivo.

Nas eleições de 2020, por exemplo, o vereador Bambu, Geraldo Sales, se afastou do cargo após vinte anos. Alguns dizem ter se cansado das insanidades da política marianense, outros, por estar respondendo a processos da obra feita na Rua Helvio Moreira Moraes, durante seu breve período como prefeito. Logo, a vaga da família foi ocupada por seu irmão, José Sales, também do PDT, que adotou inclusive o seu gabinete.

Um caso ainda mais curioso também está incluso no mandato 2020-2024. Zezinho Salete (MDB) assumiu uma das 15 cadeiras do Legislativo marianense ao lado de seu filho, Pedrinho Salete (Cidadania). Pai contra filho, filho contra pai, um toque de Hamlet na novela marianense.

A família mais emblemática, no entanto, é a dos Duarte, que nem ao menos são Duarte, já que o sobrenome é Gonçalves Vasconcelos. Temos quatro figuras (embora possam ter mais, mas o acesso à árvore genealógica foi um pouco difícil): Juliano Duarte, o filho mais novo (que é Juliano Vasconcelos, como dissemos); Duarte Júnior Gonçalves, filho do meio; Duarte Eustáquio Gonçalves, Duarte Pai ou Duartão para os íntimos; e o pai do Duarte Pai, que não sabemos o nome, mas provavelmente também envolve Duarte.

A família Duarte se mostra forte na política marianense há muitos anos. O patriarca, Duartão (vamos nos considerar íntimos) foi vereador durante quatro mandatos, ocupou os cargos de Presidente de Câmara, Vice-presidente e ocupou o cargo de secretário de Desenvolvimento Rural no governo de seu filho mais novo, Juliano Duarte, como prefeito interino. O seu pai, avô dos irmãos Juliano e Duarte Júnior, também passou pela Câmara Municipal, alguns anos antes.

Duarte Júnior, ocupou a cadeira de vice-pre-

feito na gestão de Celso Cota, como já te contamos, e assumiu o cargo de prefeito quando Cota teve sua candidatura cassada, em 2015. Ele entrou em um cenário confuso, mas logo obteve uma aprovação popular altíssima, quando a barragem de Fundão se rompeu no maior crime ambiental que o país já viu, engolindo o subdistrito Bento Rodrigues.

...

Em 5 de novembro de 2015, a barragem de Fundão, operada pela Samarco (Vale e BHP Billiton) em Mariana, rompeu. O colapso aconteceu aproximadamente às 15h30, e liberou imediatamente mais de 40 milhões de metros cúbicos de rejeito de minério de ferro.

O crime da mineradora vitimou 19 pessoas, soterrou Bento Rodrigues, matou o Rio Doce e adoeceu milhares de pessoas por onde a lama tóxica passou nos 663km até chegar ao mar do Espírito Santo e no Arquipélago, na Bahia.

O impacto do crime da Samarco ainda não é totalmente conhecido e, seus danos, imensuráveis. Boa parte da lama permanece assoreada no Rio Doce, considerado morto após ser inundado com material tóxico.

Tudo isso, entretanto, não foi suficiente para um processo de reparação justo ou rápido. As comunidades atingidas pelo maior crime ambiental da história do Brasil continuam desamparadas e os criminosos responsáveis permanecem impunes. O recorrente atraso na entrega das reconstrução das casas arrasadas pelo mar de lama é um reflexo da falta de compromisso das mineradoras e da Fundação Renova com a população marianense - e a humanidade como um todo. Uma das maiores promessas da Renova foi a construção do novo Bento Rodrigues. A promessa segue sendo adiada.

...

Quando o crime ocorreu, Du (como é mais conhecido) imediatamente mobilizou a cidade. Durante o primeiro momento, ninguém sabia o que havia acontecido. Du, nesta semana, sofreu mal estar envolvendo seu coração e precisou ser internado às pressas.

O mandato, que começou com uma cassação, passou por essa grande atribulação. Mas, dos escombros causados pela Samarco, surgiu um novo prefeito, que por um certo tempo foi visto como herói no município. Afinal, assim como mostra Hércules, são as

provações que transformam um homem em um herói.

Resultado: teve o apoio e a confiança do povo, que perdoou deslizes e o reelegeu com 75% de aprovação nas eleições de 2016. Apesar dos pesares, sempre foi visto como uma boa pessoa, do povo, que se esforçava com boas intenções para fazer o melhor para o município.

Mas, assim como seu antecessor, o ego foi maior do que os feitos. E assim como ele, Du pagou o preço. Saiu com uma rejeição tão alta quanto sua aprovação no início, e não conseguiu reeleger o candidato que apoiou, que era seu vice. Pesquisas mostraram que, para o público, era até melhor que ele não estivesse perto do candidato na campanha eleitoral, para não associarem os erros de um ao outro.

Embora tenha contado com a aprovação do povo, Du governou com muito mais emoção do que razão, e por um certo período de bonança, gastou dinheiro onde devia e não devia. Em um mês, atrasava salários e 13º de professores. No outro, queria fazer grandes festas de carnaval.

Ele ainda sofreu com mais um fator que abalou o mundo: a chegada da pandemia de Covid-19. O que não estava bom, só podia piorar. Com hospitais lotados, falta de remédios e insumos, mortalidade no auge, uma péssima gestão por parte de sua secretaria de saúde e a falta de postura de Du em diversos momentos, a população logo se inflamou. Com a economia ruindo, sem poder sair de casa, curtir a vida ou relaxar no Jardim aos finais de semana, as redes sociais foram um barril de pólvora contra o prefeito, onde todos os marianenses queriam acender um fósforo. Assim, termina o sonho.

Se por um lado, o governo de Duarte Júnior foi regido pelo emocional (e pela sua mulher, Regiane, dizem as más línguas), as gestões de seu irmão mais novo Juliano, tanto como vereador quanto em seu período como prefeito interino, foram conduzidos pelo racional.

Após uma manobra digna de um Oscar, Juliano, pai da Bella (sua filha, a cachorra que rouba a cena por onde passa e faz parte da persona política ao

redor de seu pai), conseguiu o que tanto queria: ser o presidente da Câmara. Após muitas articulações, envolvendo o apoio do seu irmão mais velho, ele obteve 11 dos 15 votos, mais do que necessário para ascender na Câmara. Duarte e Juliano negociaram cargos e promessas e, assim, o mais novo da família se tornou presidente da Câmara Municipal.

Mas, não conseguiu cumprir seu sonho porque imediatamente foi levado à cadeira de prefeito. No entanto, não podemos dizer que foi uma troca ruim. Porém, quem o elegeu não foi o povo, e sim os demais vereadores. Por isso, a troca de favores é inevitável.

Assim como foi um vereador aclamado, seu mandato como prefeito também é bastante elogiado. Com o município arrecadando rios de dinheiro com a volta da Samarco, ele pôde instaurar projetos como o Tarifa Zero (ônibus públicos e gratuitos para todos), a Casa Rosa da Mulher, trazer pista de gelo no Natal e decorações impecáveis em todos os eventos da cidade. Só mesmo resolver o problema da água e moradia¹ é que ninguém quer.

Há ressalvas de como são feitas as escolhas de seus projetos, alguns por preferência pessoal e sem planejamento para o futuro, investindo, ou apenas torrando, toda a verba que a prefeitura, hoje, em uma época bastante farta, arrecada com o retorno das atividades da Samarco.

Com mandatos tão diferentes, é impossível não comparar os irmãos. Enquanto Du mantinha uma postura de homem alegre e do povo, sem discursos prontos (o que foi um erro, porque falou muitas asneiras sem querer), Juliano é mais controlado e planeja seus próximos passos com cuidado. Mas não pense, caro leitor, que são santos incompreendidos. Há muitas polêmicas envolvidas em seus respectivos gabinetes, e a manobra para colocar Juliano no poder envolveu muitas reuniões a portas fechadas e conluíus.

As acusações contra os irmãos são extensas e se misturam com boatos e fofocas. Nenhuma, realmente, foi provada até hoje. O que é real e o que é criado pela oposição? Jorge do Egito, golpista que se disfarçava de investidor financeiro, acusou Duarte de

envolvimento em suas atividades ilegais e de que o ex-prefeito teria contratado um assassino de aluguel para dar cabo em sua vida (parece confuso, mas você entendeu certo). A denúncia chegou a ser protocolada no Ministério Público, mas as investigações nunca andaram para frente. Existem outras histórias que gostaríamos de contar, mas não podemos dizer aqui sem sermos processadas. Como dissemos, afinal, são fofocas. Só os envolvidos podem confirmar.

Pode-se dizer que a família Duarte é protagonista nos governos da Primaz e sua força política é incontestável: até o ano de 2022, Duarte Júnior foi o mais novo vereador da cidade e Juliano Duarte, o mais votado.

Tamanha soberania nos faz refletir sobre o peso do nome acima dos ideais políticos e prioridades daqueles que deveriam governar para o povo. Continuamos votando na velha política?



2020: a Eleição
que ainda Não
TERMINOU.

A política tem pelo menos duas caras. A que se expõe aos
olhos do público e a que transita nos bastidores do poder.
- Maquiavel

A cadeira na última sala do segundo andar do prédio da Praça JK mais uma vez recebeu um prefeito que não foi eleito diretamente pela população marianense. Quase dois anos após as eleições municipais, a cidade de Mariana continua sob comando do prefeito interino Juliano Duarte, que foi colocado ali pelo Legislativo. O vereador, eleito para seu quarto mandato, assumiu a cadeira de chefe do Executivo por votação para presidente da Câmara Municipal, após a inconstitucionalidade na candidatura de Celso Cota, ex-prefeito e candidato vencedor na última eleição com 42,61% dos votos.

Na atual data em que escrevemos esta crônica, caminhando para a segunda metade do ano de 2022, é quase certo que não haverá eleições suplementares. Dessa forma, em breve, Mariana terá um novo prefeito, novamente não eleito pelo voto popular para ocupar a cadeira do chefe do Executivo. Com o final dos dois anos como presidente de Câmara, Juliano vai ter que abdicar da cadeira para o próximo prefeito ineleito pelo povo. Mas como chegamos a este ponto?

Em um cenário de “filme de terror”, os candidatos ao cargo máximo do Executivo Municipal nas eleições de 2020 eram, em sua maioria, condenados, coronéis, racistas (em sua maioria, homens brancos, e com inúmeras denúncias de atitudes preconceituosas durante as eleições, inclusive contra seus próprios apoiadores) e perdedores de outras eleições, não havia muito para onde fugir. Assim, a cidade se dividiu em duas, cogitando os menos piores (na opinião de alguns) de um grupo que só pode ter sido selecionado nas portas do purgatório.

Os principais candidatos? O vice de Duarte Júnior, Newton Godoy, e Celso Cota, que tenta voltar para a cadeira que o acolheu e enriqueceu. Celso ainda estava respondendo ao processo por promoção pessoal e concorreu em estado de *sub judice*.

Em um belo de um tiro no pé, Newton teve como seu vice Tenente Freitas, um homem sério e com cara de poucos amigos. Freitas foi, ainda, responsável por tomar a decisão de cassar Celso, em 2015 (Tenente era presidente da Câmara quando surgiu a decisão de

afastar ou não Celso do cargo devido à sua condenação). Embora fosse uma escolha muito rígida, Newton não quis trocar seu vice, e assim concorreram dois homens brancos e mais velhos, não muito queridos pelas periferias, e de poucas palavras. Em um episódio, por exemplo, Newton foi muito criticado por seus apoiadores, quando, ainda na época da campanha eleitoral, passou por uma extensa fila do banco sem cumprimentar ninguém. Nada como os outros candidatos, que eram homens do povo (lembra do gente boa, gente nossa?).

Newton, que era associado ao péssimo mandato de Du (marcado por exageros, planejamento duvidoso e indicações polêmicas), com uma chapa ruim e com acusações de racismo por parte das pessoas que trabalhavam em sua campanha, não tinha a menor chance. Foi até mesmo um milagre os 32,23% de votos que alcançou; semelhante às eleições de 98 (curiosamente, seu vice era o Duartão), quando correu a prefeito e perdeu por uma diferença de 26 votos para Cássio Brigolini.

Já Celso, escolheu como vice Cristiano Villas Boas, um vereador muito bem visto pela população jovem e bastante “badalado”, até onde podemos dizer. Com uma aprovação alta, chegou a ser cotado para ser vice do outro lado; mas, em uma artimanha abusando de suas conexões divinas, Celso usou um padre para trazê-lo para seu lado. Ele garantiu para o padre que poderia concorrer e que seria eleito, e o padre garantiu a Cristiano que Cota jamais mentiria para um homem de batina. Assim, Villas Boas jogou seu cargo certo de vereador no lixo, e se juntou a Celso em uma campanha fadada ao fracasso, queimando sua base e cortando suas relações políticas no processo.

A chapa dos dois foi vitoriosa, afinal, mas eles não puderam assumir o cargo. Como todos avisaram, mas ninguém (nem seu vice, nem a população) quis ouvir, Celso realmente não podia ser candidato. Foi o famoso “eu avisei”. Mas a burocracia era tanta, caros leitores, que nem nós mesmas entendíamos o que estava acontecendo à época. Tinha quem jurasse de pé junto que ele assumiria, e aqueles que garantissem

que não poderia. Nesta guerra de liminares, venceu o último (pelo menos por enquanto).

Então, nem Newton, nem Celso, ou nenhum dos outros candidatos conseguiram sentar na cadeira assombrada por João Ramos. Foi Juliano Duarte (impedido de se candidatar ao cargo de prefeito por ser irmão de Du) que, como um bom mineiro, comeu quieto e chegou lá sem que ninguém percebesse. Em uma politicagem que deixaria Maquiavel orgulhoso, ele foi eleito com 11 votos a 4 (os 4 que votaram na própria chapa) como presidente do Legislativo. E, driblando a justiça eleitoral, foi posto prefeito.

Celso não largou o osso tão rapidamente. As liminares continuaram chegando, e os tribunais eleitorais continuaram impedindo sua ascensão ao cargo. Quase dois anos após as eleições, ele ainda não desistiu do seu processo, e garante que vai ser prefeito. Por quê? Não sabemos. Talvez, ele goste de jogar dinheiro fora (afinal, tem muito). Talvez, como alguns dizem, seu plano seja reafirmar seu grupo político e garantir a eleição de seu filho, Thiago Cota, mais uma

vez como deputado.

Outros dizem que, por ter causado toda a confusão das eleições de 2020, ele seria responsável legal por bancar os gastos da “nova eleição”, caso ela ocorra. Por isso, ele estaria tentando atrasar este cenário ao máximo, para evitar a dívida com o cartório eleitoral em cerca de R\$ 1,8 milhão.

O que sabemos é que, no final das contas, novas eleições não são interessantes para ninguém, de forma alguma. Por um lado, Celso, que não pode perder seu apoio político nem se dar como vencido antes da possível reeleição de seu filho Thiago para a Assembleia Legislativa de Minas, por outro lado, o grupo da oposição, que quer permanecer no poder pelo máximo de tempo possível.

A dúvida que fica é quem enganou quem. Cota realmente foi enganado pelos seus advogados, que garantiram sua posse, ou ele iludiu a população propositalmente, jurando que poderia sentar na cadeira de prefeito apesar de, legalmente, não poder se eleger a nenhum cargo político devido à sua condenação por

improbidade administrativa.

O que podemos dizer é que, se a lenda do fantasma de João Ramos for real, o maior coronel de Mariana continua mexendo seus pauzinhos nos bastidores. A maldição da prefeitura segue firme e forte, vigorando pelos mandatos. Nenhum prefeito se sentou em paz em sua cadeira, que foi ocupada, principalmente, por vereadores. Talvez João não tivesse um problema com o Legislativo, que, afinal, é protagonista da Primaz de Minas desde sua morte. Enquanto isso, quem paga o preço é a população.

BÔNUS: dois casos
da Câmara para
CONTEMPLAR QUEM
REALMENTE GOVERNA
ESSA cidade



PRIMEIRO caso

A décima sexta reunião da Câmara Municipal, feita de maneira remota e transmitida ao vivo, se inicia como todas as outras, fazendo jus ao seu nome: ordinária. Durante uma hora e quarenta minutos, aproximadamente, os vereadores da cidade de Mariana pareciam tão interessados nas pautas apresentadas quanto o resto dos moradores do município - se levarmos em consideração que, em uma cidade de 60 mil habitantes, a reunião foi acessada na página oficial da Câmara Municipal no Facebook por cerca de 100 pessoas, o que significa um impressionante total de 0,16% da população.

A reunião se estende por pautas tais quais a colocação de um quebra-molas e muitas outras, as quais, sinceramente, ninguém se lembra mais. O vereador Cristiano Villas Boas parece muito interessado em seu celular (provavelmente cuidando de sua segunda carreira, como influencer digital - o que é talvez sua única carreira atualmente após o resultado fatídico das eleições); o vereador José Jarbas está, literalmente, tombado para o lado (até hoje é um grande mistério por que não podia virar a tela de seu celular para a verti-

cal); o vereador Fernando Sampaio não está presente nem de corpo, nem de alma, ausente durante a maior parte do tempo, nos deixando com a visão de seu gabinete vazio; o vereador Juliano Duarte está atento à reunião, olhando fixamente para a tela do computador como é de costume, exceto quando sua cachorra Bela, figura mais adorada que muitos políticos (e talvez mais do que ele mesmo), late e rouba a atenção; ou seja, mais uma reunião normal, na qual os assuntos parecem se misturar em um novelo que logo será guardado na gaveta e esquecido para sempre.

É o vereador Deyvison Ribeiro, do partido Solidariedade, que parece se preocupar em trazer emoções para as reuniões. Responsável por grande parte das polêmicas que acontecem na Câmara, junto ao também vereador Bruno Mol, que é tão propenso a polêmicas e brigas ao vivo quanto ele, Ribeiro estava a um total de zero reuniões sem causar nenhuma confusão.

O vereador Ronaldo Bento estava, há quase dez minutos, se aprofundando no tema da transparência

das ações da Fundação Renova e suas obras no município (sendo esta, inclusive, uma pauta de relevância, porém pouco citada). Neste ponto, os vereadores Adimar Cota e Juliano Duarte já haviam desistido da reunião e deixado suas cadeiras vagas. Adimar oficialmente se desconectou da reunião; Duarte volta bem a tempo de presenciar a cena mais polêmica do ano. Este é o momento em que, aos 104 minutos de conferência online, Deyvson Ribeiro decide sacar sua arma (sim, sua arma) de uma mochila de um tom de verde fluorescente, a mostrar para a câmera e, em seguida, guardá-la de novo.

Agora, segue um leve contexto sobre a fala de Deyvson Ribeiro pouco antes da exposição da pistola. Na semana anterior, em outra reunião tão genérica quanto essa, Juliano e Deyvson entraram em uma discussão prolongada sobre um requerimento muito similar, que ambos haviam apresentado aos demais vereadores. De acordo com a lógica do “quem chegou primeiro senta no banquinho”, Duarte prevaleceu e seu pedido foi protocolado, ao contrário do de

Ribeiro. Este acontecimento rendeu bons minutos de argumentação da parte do vereador do partido Solidariedade, que, revoltado com o resultado, tentou de todas as formas demonstrar que os pedidos eram diferentes e que o dele também deveria ser acatado.

Já na reunião em que a arma foi protagonista, Deyvson Ribeiro também teve algumas falas que merecem ser destacadas: ele criticou o então prefeito, Duarte Jr. (irmão mais velho de Juliano Duarte), afirmando que mudava de posição toda hora em relação às medidas de combate ao coronavírus. Ele não estava mentindo. Mas, na nossa humilde opinião, mostrar uma arma de fogo pode ter sido um exagero de sua parte.

E, assim como não poderia deixar de ser, o acontecimento viralizou nas redes sociais. Jornais de todo o estado de Minas Gerais estavam falando sobre a arma do vereador e as redes sociais, onde a população marianense se faz extremamente presente, eclodiram em prints e comentários sobre o vereador que, contrariado com os rumos das discussões na Câmara,

expõe sua arma ao público e aos seus colegas.

No dia seguinte ao ocorrido, Deyvson buscou também as redes sociais para se justificar. De acordo com o vereador, ele estava apenas anotando as informações sobre sua arma para adquirir outra do mesmo modelo, e não realizando uma ameaça a alguém (algum Duarte, no caso). O acontecimento foi tão comentado que logo a polícia estava em seu gabinete, conferindo seus registros e a tão famosa arma.

Deyvson, que na época já estava se lançando como pré-candidato a um cargo do Executivo, explicou que ele próprio chamou as autoridades para conferirem a legalidade da sua arma. Após o esclarecimento dos fatos, entretanto, o caso continuou a dividir opiniões: afinal, para quê expor uma arma? E, também, estando em seu gabinete, que é um prédio público pago com o dinheiro do contribuinte, este não seria um ato extremamente antiético e talvez até mesmo ilegal de sua parte?

Deyvson não venceu as eleições naquele ano, e agora tenta uma vaga como deputado estadual nas

eleições de 2022. Contudo, sua arma não deixa de ser um marco em sua carreira pública. Algumas pessoas, ao serem perguntadas sobre o momento, continuam chocadas quanto a audácia do agora ex-vereador. Outras, nem tanto.



SEGUNDO CAUSO

trou para a história da Câmara Municipal de Mariana. De acordo com aqueles que viveram o momento, o processo de Cássio poderia ser definido da seguinte forma: a alma demorou pra sair do corpo, porque o mandato já tinha morrido. Uma bagunça, uma desordem.

A Câmara instaurou um processo de cassação em agosto de 1999, depois que Brigolini foi acusado de desvio de recurso em uma obra de aterro sanitário. Mas, além disso, existiam várias polêmicas. A gota d'água, para muitos, foi a morte de uma criança no bairro São Cristóvão, vítima de um atropelamento, em uma rua onde os moradores já haviam solicitado medidas contra veículos que passam em alta velocidade.

A população fez uma manifestação, queimando pneus na rua, e Cássio, só Deus sabe por quê, decidiu dar o ar da sua presença, armado. Câmeras flagraram o momento e, o que já não estava bom, ficou pior.

Outra questão, ainda, foi a obra de uma quadra esportiva em Vargem, extremamente mal feita e, para

piorar, construída no terreno de um vereador. O valor da obra? Mais de 600 mil reais. Mais uma vez, a câmara passou, e as imagens explodiram.

Na Semana Santa de 1999 o bispo celebrou uma missa na Igreja da Sé, com a presença das autoridades municipais. Cássio esteve presente com sua esposa. Em um certo momento, as pessoas começaram a realizar oferendas, levando alimentos em uma fila até o altar. Entra alguém na fila, estava uma moradora do bairro São Cristóvão, que leva uma oferenda diretamente para o então prefeito. Era uma torneira de pia. O bairro não tinha água.

Assim, o processo entrou na Câmara. E, ao contrário de outros cassados, Cássio fez uma defesa robusta, com uma tropa de advogados. Ele reuniu documentos e entregou tudo a poucos minutos do prazo final. O processo durou cerca de noventa dias, o limite para esse tipo de ocorrência. Para sua defesa, Cássio fez uso de documentos, testemunhas e peritos. Quando finalmente chegou a data, foi concluída a instrução do processo e produzido um relatório de comissão,

que dava o parecer favorável à cassação do mandato de Brigolini.

Assim, marcaram a sessão do julgamento. O prazo limite era numa terça, e a sessão foi marcada para a sexta-feira anterior. O processo se iniciou às 7h, e algo inesperado aconteceu: Cássio pediu a leitura integral do seu processo.

Três.

Mil.

Páginas.

Para melhorar? A sessão é ininterrupta. Ela não pode parar.

Por quê? Para tentar atrasar o tribunal o máximo possível e ganhar tempo para sua defesa.

Foi assim que teve início a sessão de Câmara mais conturbada da história das atas.

Às 8h, os advogados de Cássio pediram a leitura do relatório, que finalmente começou às 9h. Passou-se o dia de sexta. A madrugada. O dia de sábado.

A madrugada de sábado. Vereadores se revezavam, porque o quórum do plenário (dois terços, ou seja, 10 vereadores) tinha que estar sempre presente. Cássio também não podia ficar “indefeso”, logo, tinha que ter sempre um de seus três advogados com ele. A contagem era feita constantemente, vigiando os dois lados.

Na época, Fernando Sampaio era diretor do SAAE e um grande amigo de Cássio. Ele cortou a água da Câmara. De propósito. Após duas descargas do vaso sanitário, a água acabou.

Dois banheiros sem água. 15 vereadores, plateia, trabalhadores, assessoria, advogados e réu. Por volta das duas horas da tarde, como é de se imaginar, a situação começou a ficar triste.

Em um ato de desespero, chamam o corpo de bombeiros para encher a caixa d’água. Mas o que não esperavam era que, com a pressão da água, os vasos iriam inundar. Foi a versão literal de “a merda explodiu”.

Na madrugada de sábado para domingo, à 1h da manhã, começaram finalmente as sessões de julga-

mento oral. A leitura do relatório foi entregue (duvidamos que realmente tenha sido lida integralmente e, como alguns vereadores já relataram em segredo, geralmente pulam algumas páginas para agilizar o processo) e iniciou-se a fase de acusação. Tinham duas horas para a sustentação oral, sem pausas. Tudo em sequência. Às duas e poucas da manhã, o advogado de Cássio iniciou sua defesa com a reclamação de que não tinham cadeiras nem comida.

O que aconteceu foi o seguinte: levaram garrafas de guaraná e café, que tinham de ser recebidas na porta pela equipe da câmara, e se fosse da oposição, jogavam fora. Uma senhora levou uma caixa de balas de gengibre, com a justificativa de que era boa para a garganta. Também não deixaram passar, e afirmaram “estar envenenada”. Levaram uma caixa de pão de queijo, que estava mofado. “Só come o que nós entregarmos, mais nada. Café, só o que a gente fizer”, nos contam.

Como não tinha água para o plenário, mandaram levar 15 marmitas para vereadores e 8 marmitas

para os advogados de acusação. Para o pessoal do Cássio, nada. Nada de comida para eles. Mas, chumbo trocado não dói. Se de um lado cortam a água, do outro deixam passar fome.

Como o próprio advogado afirmou, só tinham cadeiras, e eram desconfortáveis. Um dos advogados da Câmara, conhecido como “Nonô”, contava o plenário e buscava por falhas no quórum. Ele anotava tudo, caso saísse um vereador, ou outro desse uma cochilada. Se faltava alguém, ele era o primeiro a saber. No calor danado do mês de novembro, ele tirou seu paletó e o colocou na cadeira. Outro participante, chamado Luciano, também de paletó, colocou o seu na cadeira ao lado. Fato curioso: alguns usavam paletós para esconder a arma, porque não era permitido entrar armado na Câmara. Mas, enfim: Nonô se levanta e Luciano pega seu paletó. Ele o vestiu, saiu do plenário e lá tirou os papéis com todas as anotações dos bolsos e jogou fora. O objetivo era rasgar todas as inconsistências no processo e acontecimentos da reunião. Afinal, era preciso dificultar para o outro

lado sempre. Ao menos ele devolveu o paletó.

Após algumas brigas que chegaram a render algumas trocas de golpes físicos, e até um ataque cardíaco, que terminou com um dos integrantes sendo levado de ambulância para o hospital (após um banho no hospital, tudo estava bem e o enfermo voltou para terminar conduzir o processo sem fim), foi aberta a votação.

Treze votos contra Cássio.

Provavelmente, até quem não ia votar nele, mudou de ideia ao longo dos dois dias infernais na Câmara.

A sessão termina e o mandato é declarado cassado. Como a cadeira de prefeito simplesmente não pode ficar vaga, era preciso dar posse ao vice. Saem os vereadores da Câmara em plena madrugada boêmia de um sábado marianense, e vão buscar o Marton, vice de Brigolini. Bateram diretamente em sua porta, e o encontraram “tomando umas” em sua casa. Levemente embriagado, foram lá tomar a posse.

Marton, bastante sem graça por ser amigo do

Cássio, alcoolizado, foi avisado: toma a posse. Você é o prefeito. Senão damos pro presidente da Câmara. “Vaca brava numa loja de cristais”, é assim que descrevem o presidente. Às 5h da manhã, Marton assumiu.

Quando saíram da Câmara, iniciava a missa matinal da Igreja São Francisco. Os sinos da igreja marcavam o início de mais uma semana e mais um mandato.

Posfácio

Deixamos aqui a todos os agentes públicos o nosso mais sincero respeito. Como figuras públicas, é preciso que se fale sobre a atuação de cada um. Mas acreditamos que todos, independente de nossa opinião pessoal ou impessoal, contribuíram de alguma forma para o desenvolvimento da cidade e tiveram suas motivações para os acontecimentos referidos nesta linha do tempo que traçamos aqui.

No entanto, é preciso dizer que os causos que ocorrem em Mariana são bastante singulares. Ao longo dos anos abordados neste livro, a prefeitura foi governada por 13 prefeitos e vereadores. Nestes anos, os vereadores foram eleitos para ocuparem o cargo do legislativo, e os prefeitos, o executivo. O número de troca de cargos mostra que não foi isso que ocorreu. O que se vê nesta cidade histórica é um completo caos que precisava ser organizado em páginas e em

sequência, para que pudéssemos, quem sabe, montar um panorama sobre o que se passa entre as paredes da Prefeitura e da Câmara Municipal da cidade.

E quais são as consequências do que acontece em uma prefeitura que, por muitos anos, é comandada pelo legislativo? As políticas públicas não têm sequência. As obras são feitas para serem vistas, e não desenvolvidas - não que houvesse garantia de que seria diferente. Mas, talvez, alguém com uma perspectiva de passar quatro ou oito anos em um mandato pudesse se esforçar um pouquinho mais do que alguém que só planeja os próximos dois anos.

Problemas sérios da cidade não são resolvidos nem quando a arrecadação municipal está alta. Enquanto ocorre o troca-troca, a população sofre com a falta de políticas públicas, como moradia, aumento descontrolado de alugueis e tratamento d'água, por exemplo. Este é um problema que a cada ano aumenta em proporções drásticas e gera consequências que impactam não apenas a “paisagem” da cidade, mas todo o ecossistema existente. Um loteamento inicia-

do em 2019, próximo às eleições municipais e logo, uma manobra política, nunca teve fim. Enquanto isso, sobe a especulação imobiliária, os casos de ocupação irregular, os problemas estruturais, inundações em época de chuva, desmatamento de áreas que deveriam ser protegidas, falta de saneamento básico, más condições de vida e por aí vai... Não é de hoje, e não é um problema pequeno. No entanto, mais vale começar a construir alguns prédios em uma área distante com muito dinheiro público, do que investir em medidas a longo prazo, não é mesmo?

A questão da água é a promessa de todos eles. Enquanto isso, ano após ano, a seca chega e, apesar da abundância em recursos hídricos, não há distribuição e nem tratamento.

O problema é que a política em Mariana é, assim como no restante do nosso país, fisiologista. As decisões políticas são tomadas com um único objetivo em mente: se manter lá.

Não estamos dizendo que eles não se importam com a cidade ou com a população. Estivemos lá

perto, sabemos que isso seria uma grande mentira; e apesar de trazermos fofocas, não queremos trazer inverdades. A questão é que existem muitas - e muitas mesmo - coisas que eles se importam mais. E enquanto o tempo vai passando, a população segue esperando o messias que vai salvá-las da situação em que os próprios a colocam.

Afinal, como salvar uma cidade que vive de explorar a si mesma? Como dizer àqueles que sentam na cadeira do poder para não explorar aquilo que está bem ali em suas mãos?

A mineração que ocorre nas minas também ocorre nos cofres públicos, ocorre na terra; transforma em mina o que antes era lar. Muito se tira de Mariana. Mas o que se traz? Uma mudança brusca na paisagem, nas relações econômicas e sociais, no valor afetivo e financeiro que afeta toda a população. A relação dos moradores com a cidade muda. Mudam as ruas, as pessoas, muda o Jardim.

Quando iniciamos nossa vida marianense, as coisas eram um pouquinho diferentes - não tão me-

lhores, mas diferentes. É sempre um grande baque olhar ao redor e perceber que um lugar que tanto nos encantava, aos poucos foi perdendo brilho aos nossos olhos. Experimentamos os bastidores da política local, e isso, sem dúvidas, nos mostrou um lado que jamais esqueceremos da Primaz de Minas. Um lado que, de início, seduz. Mas como assusta!

E, após a imersão, não há mais como olhar para tantos lugares simbólicos, passar pelas ruas de pedra, e não ver, por trás de cada placa, cada quebra-molas, cada obra realizada, o que aconteceu ali. É impossível não olhar para o grande Elefante Branco, próximo à rodoviária. Uma obra parada há uma década e que passou na mão de vários prefeitos, e mesmo assim, segue interrompida. Uma obra que seria uma Unidade de Pronto Atendimento muito aguardada pela população, que custou mais de cinco milhões aos cofres públicos, e que continuaria sangrando dinheiro se não tivesse sido alvo de investigações de superfaturamento, corrupção e desvio de verba. Mandato após mandato, um novo prefeito promete ser o herói da cidade

que finalmente irá entregar a tão sonhada UPA. Mandato após mandato, a obra é alvo de investigações e suspensão, mais uma vez.

É impossível, também, andar pela Rua do Catete, e não vislumbrar as obras gigantescas que ali ocorrem para melhorar o trânsito e o asfalto. O marketing é grande, o dinheiro investido também. Mas a qualidade, nem tanto. Após algumas chuvas, lá se abrem os buracos de novo. E as obras recomeçam. Ou então pensar no canal que passa debaixo do Catete, e não lembrar que, a qualquer momento, aquela rua pode ruir; mas ninguém quer fazer obra debaixo do asfalto. Não fica bem nas fotos.

Ou então, passar pelo Barro Preto, e ver aquelas ruas que são inundadas todo início de ano e destroem lares inteiros. São tragédias anunciadas, e as promessas correm soltas pelas bocas dos políticos, especialmente nas campanhas eleitorais, que vão lá tirar selfies e dar apoio moral à população atingida pela água suja que carrega seus pertences e inunda seus esgotos. Mas, uma obra de escoamento de água também não

sai bem na fotografia.

Não dá para passar pela porta da Prefeitura e não pensar no jogo de poder que corre ali enquanto a população espera de braços abertos pelas migalhas do pedaço de pão que eles partem apenas entre si. Ou passar pela Câmara, em frente à praça Minas Gerais, um local que deveria nos trazer apenas belas paisagens e fotos bonitas, e lembrar que é ali que acontecem os conchavos que mudam a direção de todo um município apenas a bel prazer daqueles que foram eleitos pelo povo.

É absolutamente impossível não sentir a ligação que tudo isso tem com a história extrativista que supera o prático. A exploração dos tempos de colônia; a exploração da mão de obra escrava, tão bem simbolizada ainda pela cidade que aplaude um pelourinho em seu cartão postal; a exploração da terra, da natureza, dos bens comuns, da água; a exploração dos cofres públicos; a exploração do futuro de uma população que apenas espera por mudanças que nunca vem.

O extrativismo não é apenas uma atividade fi-

nanceira. É uma mentalidade impregnada não apenas à Mariana. Somos mineiros, afinal. Somos batizados nas minas, somos criados com o pé no chão preto e brilhante de minério de ferro. “Noventa por cento de ferro nas calçadas. Oitenta por cento de ferro nas almas”, já dizia Drummond.

OS TRÊS PODERES políticos

EXECUTIVO

Função:

administrar o Estado seguindo as necessidades da sociedade, seguindo a lei.

Quem faz parte:

- Presidente da República
- Governadores dos Estados
- Prefeitos dos Municípios

LEGISLATIVO

Função:

Elaborar e modificar as leis. É seu papel fiscalizar o executivo

Quem faz parte:

- Senadores e Deputados Federais
- Deputados Estaduais
- Vereadores

Judiciário

Função:

aplicar a lei e resolver conflitos entre pessoas.

Quem faz parte:

- Ministros dos Tribunais Superiores (STF, STJ, TSE, TST, STM)
- Juizes Concursados

Poder Executivo

O Poder Executivo brasileiro também possui três esferas muito específicas. São elas: Poder Executivo Federal, o Poder Executivo Estadual e o Poder Executivo Municipal.

Poder Executivo Federal

O Poder Executivo Federal é representado pelo Presidente e Vice-Presidente da República, que são eleitos através de voto direto pelo povo, de quatro em quatro anos. O Presidente escolhe, no início de seu mandato, todos os Ministros, diretores, presidente do Banco Central do Brasil, além de outros cargos importantes, como o procurador-geral da República. O Poder Executivo possui a responsabilidade de zelar pela administração federal, relações e negócios internacionais, e outras funções de responsabilidade nacional.

Poder Executivo Estadual

O Poder Executivo Estadual é representado pelo Governador e Vice-governador de cada estado, eleitos

por voto direto a cada quatro anos. Estes são responsáveis pela legislação própria de cada estado, escolhem seus secretários de áreas, como Educação, Saúde, etc, e outros cargos administrativos, além de cuidarem da administração e assuntos de caráter estadual.

Poder Executivo Municipal

O Poder Executivo Municipal é representado pelo Prefeito e Vice-Prefeito, além de seus respectivos secretários, que lideram secretarias definidas por cada município. Os prefeitos são responsáveis por administrar os serviços públicos em suas cidades, nas áreas de saúde, educação, segurança, dentre outras. De acordo com a Constituição Federal de 1988, cada cidade brasileira é autônoma, responsável pela sua própria organização.

Prefeito

O prefeito é o político responsável pela gestão dos municípios. O prefeito sobe ao cargo por eleição direta pela população de sua cidade, por maiores de 16

anos. A eleição do prefeito pode acontecer em dois turnos em cidades com mais de 200 mil eleitores e também pode acontecer em um turno único, em cidades com menos de 200 mil eleitores ou com mais de 200 mil eleitores em que um candidato alcança mais de 50% dos votos.

Para tornar-se prefeito, é necessário homologar uma candidatura e ganhar as eleições municipais de acordo com as leis eleitorais do país. As exigências são: nacionalidade brasileira; alfabetização; idade mínima de 21 anos; ser residente do município há pelo menos um ano; filiação há seis meses (no mínimo) a um partido; não ter parentesco com o atual prefeito; homens devem apresentar o certificado de reservista; estar em dia com a Justiça Eleitoral e ter os direitos políticos intactos.

O prefeito é responsável por gerir os recursos da cidade e garantir serviços essenciais. Além disso, ele pode e deve implantar medidas que trarão melhorias para a população. O prefeito também possui direito ao veto ou a aprovação das decisões tomadas pelos

vereadores.

Vice-Prefeito

É o segundo cargo do executivo municipal. É eleito através de voto direto, de quatro em quatro anos junto ao prefeito, fazendo parte da mesma chapa, ou seja, de modo vinculado (Constituição Federal Artigo 29, I e II). Em caso de ausência do prefeito, por licença ou qualquer outro impedimento, o vice-prefeito é o seu substituto. Caso o prefeito seja cassado, o vice assume. No entanto, caso a chapa seja cassada, o vice também é forçado a sair do cargo e quem assume é o Presidente da Câmara Municipal da cidade. Caso o vice assuma, ele recebe as mesmas funções e atribuições do prefeito.

Secretários

Trata-se de um cargo de confiança atribuído pelo Prefeito no início de seu mandato, podendo haver substituição do secretário a qualquer momento, sem ser necessário processo de eleição. Cabe ao secretário gerir

e auxiliar o Prefeito nos assuntos referentes a sua secretaria. Cada município possui suas próprias secretarias. A Prefeitura de Mariana conta com 17 delas: Administração; Controladoria Geral; Defesa Social; Desenvolvimento Econômico; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Social e Cidadania; Educação; Esporte; Fazenda; Governo; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Obras e Gestão Urbana; Patrimônio Histórico, Cultura, Turismo e Lazer, Planejamento, Suprimentos e Transparência; Procuradoria; Saúde; Transportes e Estradas Vicinais.

Gabinete

O Gabinete do Prefeito é o órgão da administração, composto por membros selecionados pelo Prefeito, que o apoiam em suas atividades cotidianas, no governo municipal, de ordem política e administrativa.

Poder Legislativo

O Poder Legislativo de uma cidade é representado pela Câmara Municipal. É lá que são elaboradas as

leis da cidade e onde ocorre a fiscalização do trabalho do Poder Executivo. Semanalmente, a Câmara Municipal de Mariana organiza uma reunião ordinária entre todos os vereadores, que se reúnem, geralmente, às segundas-feiras na parte da tarde.

Vereadores

A Câmara Municipal de Mariana é composta por 15 vereadores (seguindo a Lei Orgânica mediante o número de habitantes) eleitos a cada quatro anos por voto da população. Durante as eleições, os vereadores podem se eleger tanto pelo voto direto, quanto pelos votos que são direcionados a eles pelos partidos, ou seja, um vereador pode ser eleito sem necessariamente receber mais votos do que outro, e sim pelo número de votos que seu partido captou. São responsáveis por criar projetos que sejam de interesse do bem coletivo da cidade, e são discutidos e votados em reuniões abertas à participação de todos.

Presidente de Câmara

O Presidente é o representante da Câmara em suas relações externas. O presidente é responsável por presidir, abrir, encerrar e suspender as reuniões de câmara, seguindo seus regimentos; Votar, em caso de empate e nas eleições da Mesa; Dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e Suplentes, Decretar a extinção e a cassação de mandatos de Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores; representar a Câmara em Juízo e perante as autoridades constituídas, declarar a extinção do mandato de vereador, nos casos previstos em lei, entre outras atribuições.

Vice-presidente de Câmara

Na ausência do Presidente de Câmara, assume o vice-presidente. A substituição a que se refere o artigo se dá automaticamente e da mesma forma para todas as justificativas de ausência do Presidente, seja por falta, impedimento, licença médica ou escolha.

1º Secretário

São obrigações do Primeiro Secretário confirmar e de-

clarar a presença dos vereadores, fazer a leitura da ata e do expediente, abrir e encerrar o livro de presença, que fica sob responsabilidade do Primeiro Secretário, entre outras funções.

2º Secretário

Na ausência do Primeiro Secretário, o Segundo Secretário o substitui, automaticamente, no exercício de suas funções, as quais volta a assumir, logo que se fizer presente. A substituição a que se refere o artigo se dá igualmente e de forma automática, em todos os casos de ausência justificada ou não, falta, impedimento, ou licença, seja médica ou por interesse particular do Primeiro Secretário.

Poder Judiciário

O Judiciário, por sua vez, destina-se a administrar a justiça na sociedade, através do cumprimento da lei. Esse poder garante os direitos sociais, coletivos e individuais, entre cidadãos, entidades e municípios. Possui autonomia administrativa e financeira.

Supremo Tribunal Federal (STF)

O órgão de cúpula do Poder Judiciário, responsável pela guarda da Constituição. É a última instância da Justiça brasileira.

Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o território brasileiro. Possui como função a solução de casos cíveis e criminais que não envolvam justiça especializada ou matéria constitucional.

Justiça Federal

Dentre outras funções, processa e julga as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras; os crimes políticos e as infrações penais praticadas contra o país, causas relativas a direitos humanos e outros. Os Tribunais Regionais Federais representam a Segunda Instância da Justiça Federal e são compos-

tos por nomeações do presidente da República.

Justiça Eleitoral

Responsável pela organização de todo o processo eleitoral, incluindo votação, apuração e diplomação dos eleitos. São órgãos da Justiça Eleitoral: o Tribunal Superior Eleitoral; os Tribunais Regionais Eleitorais (presentes em cada estado) e as juntas eleitorais.

Agradecimentos

Cristina Garcia Mendes, Hila Rodrigues,
Hariane Alves, Lucy Coutinho, Lucy Procópio,
Márcia Machado, Mateus Nascimento, Taysa
Boccard, Wanderley Mendes.

Nossos agradecimentos à vocês, que nos
ampararam nesse processo desafiador. Seremos
sempre gratas pela paciência, sabedoria e
compreensão.

